

Estados discutem combate à sonegação

Representantes do poder público de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal estão reunidos, em Salvador para trocar experiências no combate à sonegação fiscal. Eles participam do primeiro seminário nacional de Comitês Interinstitucionais de Recuperação de Ativos (Cira), na sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

A ideia do evento é discutir questões práticas e ações bem sucedidas aplicadas pelos estados, destinadas à construção de um modelo nacional de atuação que proporcione a recuperação de ativos e mais eficiência - gerando mais retorno -, para os cofres públicos.

Participam do comitê as secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz), da Administração (Saeab), da Secretaria de Segurança Pública (SSP), além do Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público e PGE. Na Bahia, somente entre 2014 e 2016, foram recuperados R\$ 180 milhões em créditos tributários, com ações integradas desenvolvidas entre as instituições e órgãos envolvidos no

Cira. Para isso, ocorreram 163 ações penais e 12 grandes operações de combate à sonegação, envolvendo servidores do fisco, policiais civis e promotores.

Para o presidente do Cira da Bahia e secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorino, a meta é continuar trabalhando para coibir ainda mais a prática, com o propósito de garantir a arrecadação e o equilíbrio fiscal na Bahia. "A sonegação cria um ambiente de concorrência desleal, porque não é justo que algumas empresas paguem impostos e outras não. Para uma situação mais equilibrada, e para que os agentes da economia tenham uma maior previsibilidade, já tínhamos identificado que as fronteiras da Sefaz são poucas e precisaríamos de outras parcerias, e o Cira veio nessa busca. Porque esse é um problema de Estado, não apenas de uma secretaria. E estamos obtendo muitos êxitos".

Acreditando na troca de experiências como base para a construção de práticas exitosas, o procurador geral do Estado, Paulo Moreno, afirmou que o trabalho integrado

é responsável por trazer os bons resultados. "A ideia é tentar compartilhar os procedimentos e as formas de atuação que possam fazer todos os estados entenderem o Cira, que tem como propósito fazer ações ordenadas na luta contra os devedores contumazes, com viés na área fiscal, civil, mas também criminal".

Atualmente, cinco varas do Tribunal de Justiça, três da área da Fazenda pública e duas criminais passaram a atuar exclusivamente com processos ligados à cobrança judicial do ICMS e ao combate à sonegação fiscal. As 93 ações penais que estão tramitando são consideradas prioritárias para o Cira, totalizando R\$ 855 milhões em débitos com o fisco.

Além disso, o Comitê tem promovido a interiorização de suas ações com escritórios funcionando em Salvador, Vitória da Conquista (sudeste) e Feira de Santana (centro norte), que trabalham como bases para a força-tarefa responsável pelos trabalhos de investigação e acionamento judicial dos casos de sonegação e crimes contra a ordem tributária.

instituto miguel calmon IMIC

A Empresa, o meio ambiente e o CAOS

O neoliberalismo tem como uma das suas premissas a redução do papel do Estado em diversos setores das sociedades, devendo concentrar-se em atividades que são específicas

dos Estados como segurança e fisco. O ideal neoliberal aparece com um discurso de ataque aos chamados Estados do Bem Estar, em virtude desses últimos terem promovido a redução da capacidade de poupança e investimentos do setor privado, desviando ainda recursos do setor produtivo para setores improdutivos. O escritor Frances Cairncross, no livro *Meio Ambiente: Custo e Benefício*, diz que a representação do papel do Estado do Bem Estar como barreira ao livre desenvolvimento do mercado no passado, leva a possíveis restrições ao desempenho dos setores produtivos da economia em virtude de gastos no horizonte próximo com a proteção do meio ambiente.

Discordo totalmente desta posição do Cairncross, pois ao cenário de competição imposto pelos desdobramentos da globalização acrescenta-se a percepção de um desejável e inevitável desenvolvimento sustentado, os sistemas produtivos industriais que durante décadas depredaram, e ainda o fazem ao patrimônio natural, são chamados a repensar suas ações globais, no sentido de buscarem novas alternativas para um estilo de produção que coloca em xeque a sustentabilidade da vida do planeta, empurrados pela opinião pública mundial, que na Europa do pós-guerra, começa-se a perceber que as condições de destruição das terras agricultáveis, do ar, dos reservatórios de água potável, que a exploração dos combustíveis fósseis e a utilização de formas não renováveis de energia, dentre outras formas de exploração predatória dos recursos naturais, colocariam em risco qualquer possibilidade de existência da vida humana no planeta. Isto está de acordo com a minha visão de mundo de que a humanidade só avança e se humaniza, com a perspectiva do caos ou com o caos total e absoluto propriamente dito. É preciso o caos para se perceber novos caminhos para se sobreviver. Ele é imprescindível, pois antecede sempre a uma nova ordem. Uma NOVA ORDEM MUNDIAL como canta o Caetano. O empresário moderno não deve ter medo do CAOS. Ele é positivo e estimulante.

Forçadas por crescentes pressões para que medidas sejam estabelecidas para proteção do meio ambiente, as empresas e governos tem intensificado, desde o pós-guerra, a busca por soluções e respostas às novas demandas de seus clientes/consumidores e cidadãos respectivamente. Isto é responsabilidade social. Eu, particularmente espero que muitas questões ambientais sejam resolvidas, consertando-se danos, ou mesmo, preservando-se o ambiente, agindo-se de maneira racional e simples, de tal forma que as leis e o direito se tornem pouco efetivos. É um sonho? Não sei. Mas acredito que o desenvolvimento tecnológico cada vez maior no futuro, transforme o ser humano. E assim, ele poderá compatibilizar o lucro com a preservação ambiental. Os ganhos serão maiores. Em todos os sentidos.

Luiz Carlos Café da Silva
Superintendente do IMIC
Doutor em Direito Ambiental
vidacafe@uol.com.br

PERFORMANCE

Exportações baianas crescem 26% em julho

Nos sete primeiros meses do ano, as exportações baianas alcançam US\$ 4,35 bilhões o que representa um crescimento de 9,84% sobre igual período do ano passado. Impulsionadas pelo volume embarcado de soja e derivados (439,8 mil toneladas, o maior desde 2015), as exportações baianas fecharam o mês de julho em US\$ 684,7 milhões, com incremento de 26% em relação a julho de 2016 e de 8,7% em relação a junho último. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A maior demanda por soja por parte da China, responsável por 60% dos embarques em julho aliado ao aumento da safra estadual, estimada em 5,2 milhões de toneladas - aumento de 62,8% em relação ao ano anterior -, deve contribuir para exportações recordes para o produto esse ano. Até julho, as vendas externas do complexo soja (grão, farelo e óleo) somam 2,18 milhões de toneladas, o que já se configura volume recorde para o período.

Foram destaques ainda no mês as vendas de celulose e papel, que cresceram 35% na mesma base de comparação, alcançando US\$ 104,2 milhões, e algodão, que cresceu 38%, a US\$ 13,9 milhões. Além do bom desempenho dos produtos básicos, as vendas de manufaturados também registraram crescimento de 4,1% no mês, resultado do bom desempenho de produtos químicos (18,8%), calçados (26,2%) e de máquinas e aparelhos elétricos (10,9%). Nos sete primeiros meses do ano, as exportações baianas alcançam US\$ 4,35 bilhões o que representa um crescimento de 9,84% sobre igual período do ano passado. O desempenho positivo dá sequência ao comportamento visto nos últimos meses, em parte impulsionadas por melhores preços de commodities, pela recuperação da produção agrícola, assolada no ano passado por forte seca e ao câmbio mais competitivo, que melhorou as margens, dando maior competitividade às vendas de produtos manufaturados.

INVESTIMENTO

Caixa econômica lança linha de crédito para produção de loteamentos

A Caixa Econômica Federal lançou ontem (8) em São Paulo, o Produlote, a primeira linha de crédito do país criada especialmente para a produção de lotes urbanizados e desenvolvimento urbano. O Produlote tem orçamento de R\$ 1,5 bilhão para contratação imediata. Para o presidente da CAIXA, Gilberto Occhi, o Produlote representa mais um avanço para a indústria da construção civil. "O lançamento dessa linha inédita reafirma a presença da CAIXA em todos os segmentos do crédito imobiliário e o compromisso do banco com a geração de emprego e renda no país", ressalta. A nova linha de crédito, oferecida exclusivamente pela CAIXA, destina-se a apoiar as empresas urbanizadoras e loteadoras na produção do loteamento urbano. A nova linha de financiamento é destinada a empresas loteadoras ou urbanizadoras com faturamento fiscal anual superior a R\$ 15 milhões. O Produlote estará

disponível para contratação a partir de hoje (8/8).

Com esses lotes totalmente regularizados, os clientes pessoa física poderão financiar também a aquisição de terreno e construção de moradia própria. A linha de crédito financia até 70% do custo da infraestrutura do loteamento, limitado a 50% do valor global de vendas. As regras para a liberação do crédito devem atender toda infraestrutura exigida pelo Poder Público e as diretrizes emitidas pelas concessionárias, que vão da limpeza do terreno à implantação das redes de água, esgoto e distribuição de energia elétrica. Os empreendimentos devem estar inseridos em área urbana e possuírem autorizações emitidas pelo Poder Público Municipal e/ou Estadual. Também são necessárias as autorizações das concessionárias e órgãos do meio ambiente, na forma da Lei 6.766/1979.

PREFEITURA

Maior incidência de carga e descarga proibidas acontece no Centro da cidade

Observando o cumprimento da lei de carga e descarga na capital, regulamentada através do decreto nº 23.975 / 2013, a Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador) realiza o monitoramento constante das áreas com restrição de parada de veículos. As localidades com maior incidência de carga e descarga em horário não permitido são Rua Carlos Gomes, avenidas Joana Angélica, Sete de Setembro e Vasco da Gama, além do Largo Terreiro de Jesus. Outros bairros como Comércio, Pituba e Itaigara também são destaques nessa irregularidade.

A infração, no entanto, é enquadrada como estacionamento irregular pela Transalvador. Este ano, o órgão

notificou 27.641 mil veículos que pararam em local/horário de estacionamento e parada proibidos. Estes números foram contabilizados apenas no primeiro semestre de 2017. Comparados ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de quase 20%, já que foram constatados 23.235 mil veículos em situação irregular enquadrados nas infrações citadas no primeiro semestre de 2016.

De acordo com o gerente de trânsito da Transalvador, Antônio Neri, a fiscalização ocorre de maneira constante em toda a cidade. "Os agentes de trânsito, através de viaturas e vídeo, monitoram os veículos de grande e pequeno porte que fazem operação de carga e descarga em toda a cidade."

RUBENS PESSOA

Por que os juros são tão elevados?

A mídia informa que cerca de 61 milhões de pessoas no Brasil estão endividadadas junto a Bancos e outras instituições financeiras, com seus nomes inscritos nos cadastros restritivos SPC, SERASA, etc., demonstrando a crueldade da crise econômica que leva boa parte de nossa população, com toda a força, para esse endividamento.

Em teoria econômica se aprende que juros é a remuneração do capital a ser pago a quem empresta o dinheiro. Cabem aqui algumas reflexões a respeito da natureza do CAPITAL, para quem, a exemplo do signatário, esteve por mais de 30 anos, do outro lado do balcão de um banco, na concessão de créditos:

a) O dinheiro, moeda circulante, meio de pagamento é uma forma de meio de troca, compra-se e paga-se pelo produto adquirido, tornando fácil as transações entre pessoas, empresas e o governo; antigamente utilizava-se o sal como meio de troca porque não se tinha como conservar os alimentos...daí salário;

b) Por não ter substituto, a exemplo do sal, caixão de defunto e outros bens a teoria econômica classifica o dinheiro com um bem inelástico, ou seja, qualquer que seja

a variação sobre o seu preço (juros) as pessoas não têm como substituir sua função como meio de pagamento, por isso demandam por tal recurso e se endividam quando necessitam do dinheiro para satisfação de gastos pessoais, para manter seu padrão de vida e sua propensão natural ao consumo;

c) O governo para manter a inflação sob controle, em face da produção instalada e sua correlação com o consumo, utiliza do remédio da elevação dos juros para controlar a demanda, inclusive, sua política monetária e cambial, atreladas aos juros, sob o comando do Banco Central do Brasil;

d) Acontece que a despeito de a inflação ter caído recentemente em percentuais de 1 a 2%, aproximando-se de zero, os juros não acompanharam na mesma medida, pelo contrário, ao não se reduzirem na mesma medida com a inflação, na realidade, cresceram, sem se incentivar o crédito para consumo/investimentos e, conseqüentemente, a cadeia produtiva, não se gerando mais empregos e renda;

e) Dessse fato concreto e, por isso tudo, se prevalecem os bancos que cobram juros altíssimos, na or-

dem de 300% ao ano no cheque especial e cerca de 350% ao ano no cartão de crédito dos seus clientes devedores, juros impagáveis em face da reconhecida abusividade, repita-se, gananciosa desproporcionalidade dos bancos e cartões com seus hipossuficientes clientes;

f) Educação financeira aliada à redução de juros, seria uma forma de se atenuar o problema, na orientação e respeito ao orçamento de cada um, limitando-se gastos ao total de suas receitas mensais e, em consequência, evitando-se o endividamento junto a bancos, inclusive, renegociando dívidas com juros menores para pagamento de outras com a escorcha aqui apontada;

g) No nível que se apresenta o elevado endividamento das pessoas no Brasil e a correlação com as elevadíssimas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras, facilmente nos leva a concluir que a continuação nesse ritmo de endividamento da população, o país terá sérios problemas com a manutenção do consumo interno de bens e serviços, afetando nossa economia e, conseqüentemente, reduzindo-

do-se drasticamente o seu valor agregado, ou seja, menos produção e emprego, menos renda, menos impostos a serem recolhidos.

Finalmente, é necessário se adotar urgentemente uma medida que concilie interesses da banca financeira, poderosa banca com representação forte no Parlamento e no próprio Governo, com os interesses da nação e seu povo trabalhador, mudando a face do capitalismo brasileiro que está na hora de se tornar um sistema eficiente no estabelecimento de preços, oferta de produtos e cobrança de juros civilizados para quem necessite adquirir bens e serviços.

Ao contrário do que existe no primeiro mundo, dito civilizado, por aqui, a continuação nesse capitalismo tupiniquim, selvagem, nessa gananciosa exploração, será sempre um sistema ineficiente, autofágico e causador de grandes males sócio econômicos, com indesejável concentração da renda, gerando dramáticas desigualdades sociais.